



Balanço Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro

Descrição	Ativo		Em Reais
	2017	2016	
Circulante	356.444.032,28	310.291.071,02	
Disponibilidades (Nota 3)	7.472.613,76	4.210.594,09	
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 4)	7.512.448,59	150.233.912,64	
Carteira Própria	7.512.448,59	133.820.218,59	
Vinculados à Prestação de Garantias	0,00	16.413.694,05	
Relações Interfinanceiras (Nota 5)	201.432.892,87	17.531.192,68	
Centralização Financeira	201.432.892,87	17.531.192,68	
Operações de Crédito (Nota 6)	139.054.426,44	136.985.391,84	
Operações de Crédito - Setor Privado	141.834.793,35	141.853.085,39	
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(2.780.366,91)	(4.867.693,55)	
Outros Créditos (Nota 7)	230.661,25	632.447,74	
Avais e Fianças	116.572,62	53.910,91	
Rendas a Receber	1.387.929,19	301.398,99	
Diversos	175.931,73	335.113,95	
(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.449.772,29)	(57.976,11)	
Outros Valores e Bens (Nota 8)	740.989,37	697.532,03	
Outros Valores e Bens	706.702,32	608.954,81	
Despesas Antecipadas	34.287,05	88.577,22	
Não Circulante	130.035.781,48	112.688.109,64	
Realizável a Longo Prazo	100.222.432,47	89.540.017,93	
Títulos e Valores Mobiliários		1.243.345,18	
Vinculados à Prestação de Garantias		1.243.345,18	
Operações de Crédito (Nota 6)	100.111.667,14	88.296.672,75	
Operações de Crédito - Setor Privado	103.351.651,60	88.296.672,75	
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(3.239.984,46)		
Outros Créditos (Nota 7)	110.765,33		
Avais e Fianças	562,31	-	
Diversos	110.203,02		
Investimentos (Nota 9)	12.243.466,65	10.086.357,61	
Ações e Cotas	12.237.416,65	10.080.307,61	
Outros Investimentos	6.050,00	6.050,00	
Imobilizado (Nota 10)	17.529.877,37	13.027.597,09	
Outras Imobilizações de Uso	12.069.556,05	7.311.151,96	
Imóveis de Uso	10.390.574,89	9.918.052,89	
(-) Depreciações Acumuladas	(4.930.253,57)	(4.201.607,76)	
Intangível	40.004,99	34.137,01	
Softwares	91.579,00	64.138,70	
(-) Amortizações Acumuladas	(51.574,01)	(30.001,69)	
Total do Ativo	486.479.813,76	422.979.180,66	



Balço Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em Reais

Descrição	Passivo	
	2017	2016
Circulante	390.681.990,95	342.505.606,08
Depósitos (Nota 11)	347.105.062,38	300.051.380,30
Depósitos à Vista	64.104.689,40	52.248.461,57
Depósitos sob Aviso	2.120.804,02	1.977.120,67
Depósitos à Prazo	280.879.568,96	245.825.798,06
Recursos de Aceites Cambiais, Letras Imobiliárias, Hipotecárias e Debêntures (Nota 12)	7.579.980,40	
Obrigação por Emissão de Letras de Crédito Agronegócio	7.579.980,40	
Relações Interfinanceiras (Nota 13)	25.913.625,93	34.984.328,02
Repasse Interfinanceiros	25.913.317,49	34.980.783,29
Relações com Correspondentes	308,44	3.544,73
Relações Interdependências (Nota 14)	23.703,56	26.060,62
Recursos em Trânsito de Terceiros	23.703,56	26.060,62
Obrigações por Empréstimos (Nota 13)	2.605.271,28	2.695.166,45
Empréstimos no País-Outras Instituições	2.605.271,28	2.695.166,45
Outras Obrigações (Nota 15)	7.454.347,40	4.748.670,69
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	165.932,66	61.940,80
Sociais e Estatutárias (Nota 15.1)	2.927.389,48	1.947.245,61
Fiscais e Previdenciárias (Nota 15.2)	484.292,84	512.506,10
Diversas (Nota 15.3)	3.876.732,42	2.226.978,18
Não Circulante	4.085.980,99	5.266.684,00
Relações Interfinanceiras (Nota 13)	4.085.980,99	3.996.937,27
Repasse Interfinanceiros	4.085.980,99	3.996.937,27
Obrigações por Empréstimos (Nota 13)		1.105.474,94
Empréstimos no País-Outras Instituições		1.105.474,94
Outras Obrigações		164.271,79
Diversas (Nota 15.3)		164.271,79
Patrimônio Líquido	91.711.841,82	75.206.890,58
Capital Social (Nota 17.a)	46.256.927,28	44.292.861,03
Capital	46.256.927,28	44.292.861,03
Reserva de Sobras	38.628.933,81	24.079.554,75
Sobras ou Perdas Acumuladas (Nota 17.e)	6.825.980,73	6.834.474,80
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	486.479.813,76	422.979.180,66

Wolni José Walter
Presidente

Camila Erika Nicolau
Contadora
CRC-MG-071309/O-3-T-SC



Demonstração das Sobras ou Perdas
Exercícios findos em 31 de dezembro

Descrição	2º Semestre 2017	12/2017	Em Reais
			12/2016
Receitas da Intermediação Financeira	26.801.610,17	57.355.389,79	59.293.397,20
Resultado Com Operações de Crédito	25.997.983,09	49.050.264,54	39.227.536,24
Resultado Com Títulos e Valores Mobiliários	803.627,08	8.305.125,25	20.065.860,96
Despesas Da Intermediação Financeira	(13.917.060,27)	(30.341.075,71)	(32.280.708,08)
Operações de Captação no Mercado	(10.573.967,72)	(23.898.085,75)	(26.187.367,38)
Operações de Empréstimos e Repasses	(1.455.467,14)	(2.881.550,64)	(2.652.235,43)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.887.625,41)	(3.561.439,32)	(3.441.105,27)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	12.884.549,90	27.014.314,08	27.012.689,12
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(1.948.612,16)	(7.942.366,02)	(15.690.031,68)
Receitas de Prestação de Serviços	3.137.227,02	6.240.790,28	5.106.441,62
Despesas de Pessoal	(6.796.966,83)	(13.063.939,33)	(11.315.361,33)
Outras Despesas Administrativas	(7.429.542,54)	(14.283.321,03)	(11.410.289,83)
Despesas Tributárias	(152.567,56)	(372.549,98)	(309.509,04)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas		-	66.822,48
Outras Receitas Operacionais	9.915.722,37	14.822.319,69	2.573.816,73
Outras Despesas Operacionais	(622.484,62)	(1.285.665,65)	(401.952,31)
Resultado Operacional	10.935.937,74	19.071.948,06	11.322.657,44
Resultado Não Operacional	13.702,98	57.755,94	116.677,13
Resultado Antes da Tributação e da Participação no Lucro	10.949.640,72	19.129.704,00	11.439.334,57
Imposto de Renda e Contribuição Social	(158.364,59)	(312.745,96)	(383.122,15)
Imposto de Renda	(87.924,67)	(173.517,67)	(218.715,07)
Contribuição Social	(70.439,92)	(139.228,29)	(164.407,08)
Sobra / Perda Líquida	10.791.276,13	18.816.958,04	11.056.212,42

Wolni José Walter
Presidente

Camila Erika Nicolau
Contadora
CRC-MG-071309/O-3-T-SC



Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

Eventos	Capital Social Capital Subscrito	Reservas de Sobras		Sobras ou Perdas Acumuladas	Em Reais
		Legal	Fundo de Estabilidade		Total
SALDO EM 31/12/2015	37.727.908,56	18.044.762,62	2.048.015,15	5.087.093,93	62.907.780,26
MUTAÇÕES EM 2016	6.564.952,47	3.417.237,41	569.539,57	1.747.380,87	12.868.649,89
Destinação de Sobras Exercício Anterior:					
Em Conta Corrente do Associado	-	-	-	(998.503,50)	(998.503,50)
Ao Capital	4.088.590,43	-	-	(4.088.590,43)	-
Movimentação de Capital:					
Por Subscrição/Realização	4.159.650,34	-	-	-	4.159.650,34
Por Devolução (-)	(1.683.288,30)	-	-	-	(1.683.288,30)
Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	-	11.056.212,42	11.056.212,42
FATES - Atos Não Cooperativos	-	-	-	(545.109,06)	(545.109,06)
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:					
Fundo de Reserva F A T E S	-	3.417.237,41	569.539,57	(3.986.776,98)	-
	-	-	-	(569.539,57)	-
Outros Eventos					
Reversão de Despesas - FATES	-	-	-	879.687,99	879.687,99
SALDO EM 31/12/2016	44.292.861,03	21.462.000,03	2.617.554,72	6.834.474,80	75.206.890,58
MUTAÇÕES EM 2017	1.964.066,25	13.574.238,96	975.140,10	(8.494,07)	16.504.951,24
Destinação de Sobras Exercício Anterior:					
Constituição de Reservas	-	2.847.697,83	-	(2.847.697,83)	-
Em Conta Corrente do Associado	-	-	-	(3.916.347,26)	(3.916.347,26)
Ao Capital	8.020,69	-	-	(8.020,69)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados	-	-	-	(62.409,02)	(62.409,02)
Movimentação de Capital:					
Por Subscrição/Realização	4.026.444,41	-	-	-	4.026.444,41
Por Devolução (-)	(2.070.398,85)	-	-	-	(2.070.398,85)
Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	-	18.816.958,04	18.816.958,04
FATES - Atos Não Cooperativos	-	-	-	(512.438,78)	(512.438,78)
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:					
Fundo de Reserva F A T E S	-	10.726.541,13	975.140,10	(11.701.681,23)	-
	-	-	-	(975.140,10)	(975.140,10)
Outros Eventos					
Reversão de Despesas - FATES	-	-	-	1.198.282,80	1.198.282,80
SALDO EM 31/12/2017	46.256.927,28	35.036.238,99	3.592.694,82	6.825.980,73	91.711.841,82

Wolni José Walter
Presidente

Camila Erika Nicolau
Contadora
CRC-MG-071309/O-3-T-SC



Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro

Descrição	Em Reais	
	12/2017	12/2016
<u>ATIVIDADES OPERACIONAIS</u>		
<u>Ajustes:</u>		
Sobras/Perdas do Exercício	19.129.704,00	11.439.334,57
IRPJ / CSLL	(312.745,96)	(383.122,15)
Provisão para Operações de Crédito	1.152.657,82	2.426.004,85
Depreciações e Amortizações	750.218,13	628.801,19
	20.719.833,99	14.111.018,46
Aumento (redução) em ativos operacionais	(4.644.532,35)	(70.289.495,33)
Títulos e Valores Mobiliários	10.144.590,64	(17.657.039,23)
Operações de Crédito	(15.036.686,81)	(52.325.362,25)
Outros Créditos	291.021,16	199.957,59
Outros Valores e Bens	(43.457,34)	(507.051,44)
Aumento (redução) em passivos operacionais	46.995.681,86	79.105.426,43
Depósitos à Vista	11.856.227,83	11.281.735,86
Depósitos sob Aviso	143.683,35	(565.557,98)
Depósitos Prazo	35.053.770,90	59.145.774,46
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio	7.579.980,40	0,00
Outras Obrigações	2.541.404,92	310.489,94
Relações Interdependências	(2.357,06)	(3.404,17)
Relações Interfinanceiras	(8.981.658,37)	38.973.483,48
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(1.195.370,11)	(30.037.095,16)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS	63.070.983,50	22.926.949,56
<u>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</u>		
Investimento	(2.157.109,04)	(1.483.581,04)
Imobilizações de Uso	(5.230.926,09)	(5.179.874,52)
Aplicação no Intangível	(27.440,30)	(6.049,85)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM INVESTIMENTOS	(7.415.475,43)	(6.669.505,41)
<u>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</u>		
Aumento por novos aportes de Capital	4.026.444,41	4.159.650,34
Devolução de Capital à Cooperados	(2.070.398,85)	(1.683.288,30)
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital à Pagar	(62.409,02)	
Destinação de Sobras Exercício Anterior em C/C Associados	(3.916.347,26)	(998.503,50)
FATES - Resultado de Atos Não Cooperativos	(512.438,78)	(545.109,06)
FATES - Sobras Exercício	(975.140,10)	(569.539,57)
Absorção de Despesas - FATES	1.198.282,80	879.687,99
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM FINANCIAMENTOS	(2.312.006,80)	1.242.897,90
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	53.343.501,27	17.500.342,05
Modificações em Caixa e Equivalente de Caixa		
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	155.562.005,36	138.061.663,31
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período	208.905.506,63	155.562.005,36
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	53.343.501,27	17.500.342,05

Wolni José Walter
Presidente

Camila Erika Nicolau
Contadora
CRC-MG-071309/O-3-T-SC



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

A **COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS LITORANEA - SICOOB/SC CREDIJA**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **22/04/1992**, filiada à **CCC DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL – SICOOB CENTRAL SC/RS** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB/SC CREDIJA** possui **12** Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: **JACINTO MACHADO - SC, PRAIA GRANDE - SC, BALNEÁRIO GAIVOTA - SC, SANTA ROSA DO SUL - SC, ARARANGUÁ - SC, SOMBRIO - SC, MARACAJÁ - SC, IÇARA - SC, MORRINHOS DO SUL - RS, MORRO DA FUMAÇA - SC, SANGÃO SC**

O **SICOOB/SC CREDIJA** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

(i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;

(ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e

(iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

1. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Administração em 26/2/2018.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as



quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo BACEN. Nesse sentido, os Pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BACEN são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/2012; CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/2008; CPC 03 (R2) - Demonstração do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/2008; CPC 04 (R1) – Ativo Intangível – Resolução CMN nº 4.534/2016; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/2009; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/2011; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. – Resolução CMN nº 4.007/2011; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/2011; CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/2009; CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados Resolução CMN nº 4.424/2015.

2. Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Aplicação em Títulos e Valores Mobiliários

As aplicações financeiras a serem mantidas até o seu vencimento são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

e) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

f) Provisão para Operações de Crédito



Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

g) Depósitos em Garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

h) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB CENTRAL SC/RS** e ações do BANCOOB, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

i) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e *softwares*, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

j) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

k) Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

l) Demais Ativos e Passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

m) Provisões



São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

n) Passivos Contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

o) Obrigações Legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

p) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto 3.000/1999, art.183 . O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art.182 do mesmo Decreto.

q) Segregação em Circulante e Não Circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

r) Valor Recuperável de Ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2017** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

s) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.



Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2017**.

3. Disponibilidades

Em **31 de dezembro de 2017 e 2016**, as disponibilidades estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Caixa	4.262.402,76	3.631.032,09
Numerários em Trânsito	3.210.211,00	579.562,00
TOTAL	7.472.613,76	4.210.594,09

4. Títulos e Valores Mobiliários

Em **31 de dezembro de 2017 e 2016**, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Título de Renda Fixa	7.512.448,59	133.820.218,59
Vinculados a Prestação de Garantias	-	17.657.039,23
TOTAL	7.512.448,59	151.477.257,82

Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI, no **SICOOB CENTRAL SC/RS**, com remuneração de, aproximadamente, 100% a 104% do CDI.

5. Relações Interfinanceiras

Em **31 de dezembro de 2017 e 2016**, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Centralização Financeira – Cooperativas (a)	201.432.892,87	17.531.192,68
TOTAL	201.432.892,87	17.531.192,68

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao **SICOOB CENTRAL SC/RS** conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015.

6. Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2017			31/12/2016
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	66.922,50	0,00	66.922,50	82.848,48
Empréstimos	35.860.760,61	37.023.925,76	72.884.686,37	56.506.215,77
Títulos Descontados	37.105.042,35	71,92	37.105.114,27	39.749.298,63
Financiamentos	37.332.820,38	62.346.288,57	99.679.108,95	88.928.535,15
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	31.469.247,51	3.981.365,35	35.450.612,86	44.882.860,11
(-) Provisões para Operações de Crédito	(2.780.366,91)	(3.239.984,46)	(6.020.351,37)	(4.867.693,55)
TOTAL	139.054.426,44	100.111.667,14	239.166.093,58	225.282.064,59

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2017	Provisões 31/12/2017	Total em 31/12/2016	Provisões 31/12/2016
AA - Normal	4.348.195,88	-	1.474.199,73	-	5.822.395,61	-	12.899.557,90	-
A 0,5% Normal	52.493.602,32	424.353,43	48.338.237,71	11.240.618,06	112.496.811,52	(562.484,06)	142.021.985,79	(744.310,03)
B 1% Normal	25.955.843,99	4.373.188,27	34.475.450,86	23.143.765,28	87.948.248,40	(879.482,48)	54.548.088,14	(545.480,88)
B 1% Vencidas	1.934.027,51	40,57	459.949,74	-	2.394.017,82	(23.940,18)	1.605.236,53	(16.052,37)
C 3% Normal	11.883.817,55	870.087,35	9.788.053,99	966.280,03	23.508.238,92	(705.247,17)	10.740.242,92	(322.207,29)
C 3% Vencidas	1.286.442,64	1.200,92	1.189.743,99	-	2.477.387,55	(74.321,63)	1.618.707,21	(48.561,22)
D 10% Normal	1.881.560,66	327.921,32	1.622.610,19	29.268,20	3.861.360,37	(386.136,04)	1.227.467,34	(122.746,73)
D 10% Vencidas	971.854,19	5.829,87	136.013,22	0,00	1.113.697,28	(111.369,73)	1.419.565,77	(141.956,58)
E 30% Normal	465.688,15	51.483,31	125.602,34	8.736,24	651.510,04	(195.453,01)	129.412,00	(38.823,60)
E 30% Vencidas	361.171,29	6.866,77	1.728.806,90	-	2.096.844,96	(629.053,49)	800.284,83	(240.085,45)
F 50% Normal	219.043,39	10.194,70	74.259,91	-	303.498,00	(151.749,00)	210.679,04	(105.339,52)
F 50% Vencidas	22.331,31	1.940,48	-	-	24.271,79	(12.135,90)	393.413,69	(196.706,85)
G 70% Normal	318.998,63	969,17	-	-	319.967,80	(223.977,46)	332.805,48	(232.963,84)
G 70% Vencidas	328.288,99	100,44	15.601,01	-	343.990,44	(240.796,77)	299.507,71	(209.655,40)
H 100% Normal	671.800,61	7.038,07	57.339,14	61.945,05	798.122,87	(798.122,87)	255.190,74	(255.190,74)
H 100% Vencidas	824.289,72	8.551,64	193.240,22	-	1.026.081,58	(1.026.081,58)	1.647.613,05	(1.647.613,05)
Total Normal	98.238.551,18	6.065.235,62	95.955.753,87	35.450.612,86	235.710.153,53	(3.902.652,09)	222.365.429,35	(2.367.062,63)
Total Vencidos	5.728.405,65	24.530,69	3.723.355,08	0,00	9.476.291,42	(2.117.699,28)	7.784.328,79	(2.500.630,92)
Total Geral	103.966.956,83	6.089.766,31	99.679.108,95	35.450.612,86	245.186.444,95	(6.020.351,37)	230.149.758,14	(4.867.693,55)
Provisões	(3.539.755,86)	(145.279,33)	(1.951.194,22)	(384.121,96)	(6.020.351,37)		(4.867.693,55)	
Total Líquido	100.427.200,97	5.944.486,98	97.727.914,73	35.066.490,90	239.166.093,58		225.282.064,59	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Adto Depositante/Cheque Especial/Conta Garantida	6.089.766,31	-	-	6.089.766,31
Empréstimos	9.683.202,48	20.154.714,32	37.023.925,76	66.861.842,56
Financiamentos	11.364.679,85	25.968.140,53	62.346.288,57	99.679.108,95
Títulos Descontados	33.463.234,20	3.641.808,15	71,92	37.105.114,27
Financiamentos Rurais	5.704.988,25	25.764.259,26	3.981.365,35	35.450.612,86
TOTAL	66.305.871,09	75.528.922,26	103.351.651,60	245.186.444,95

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	Título Descontado	Crédito Rural	31/12/2017	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	2.402.476,57	45.779.968,28	15.272.983,88	2.032.179,53	65.487.608,26	27%
Setor Privado - Indústria	823.500,60	16.511.607,04	9.364.243,92	8.381.175,55	35.080.527,11	14%
Setor Privado - Serviços	1.631.302,88	39.920.261,91	9.840.382,28	512.145,11	51.904.092,18	21%
Pessoa Física	1.073.481,55	61.159.167,03	2.399.256,86	23.942.314,67	88.574.220,11	36%
Outros	159.004,71	3.169.947,25	228.247,33	582.798,00	4.139.997,29	2%
TOTAL	6.089.766,31	166.540.951,51	37.105.114,27	35.450.612,86	245.186.444,95	100%

e) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Saldo inicial	6.824.284,99	6.358.810,03
Valor das operações transferidas no período	1.946.578,42	899.058,89
Valor das operações recuperadas no período	(987.738,16)	(433.583,93)
TOTAL	7.783.125,25	6.824.284,99

7. Outros Créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas



no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2017	31/12/2016
Avais e Fianças Honorados	117.134,93	53.910,91
Rendas a Receber (a)	1.387.929,19	301.398,99
Diversos (b)	286.134,75	335.113,95
(-) Provisões para Outros Créditos (c)	(1.449.772,29)	(57.976,11)
TOTAL	341.426,58	632.447,74

(a) Refere-se, substancialmente, a serviços prestados a receber e outras rendas a receber.

(b) Refere-se a adiantamentos e antecipações salariais, adiantamento para pagamentos de nossa conta.

(c) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

8. Outros Valores e Bens

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Bens Não de Uso Próprio (a)	641.442,14	516.529,97
Material em Estoque	65.260,18	92.424,84
Despesas Antecipadas (b)	34.287,05	88.577,22
TOTAL	740.989,37	697.532,03

(a) Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente aos bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

(b) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, assinatura de periódicos, processamento de dados e outros.

9. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do **SICOOB CENTRAL SC/RS** e ações do BANCOOB.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Participações em Cooperativa Central de Crédito	11.469.939,92	9.436.167,04
Participações Inst Financ controlada Coop Crédito	766.096,82	642.760,66
Outras Participações	1.379,91	1.379,91
Outros Investimentos	6.050,00	6.050,00
TOTAL	12.243.466,65	10.086.357,61

10. Imobilizado de Uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016	Taxa Depreciação
Imobilizado em Curso (a)	5.028.869,26	1.556.951,07	
Terrenos	7.412.500,00	6.992.500,00	
Edificações	2.978.074,89	2.925.552,89	4%
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações	(701.079,52)	(581.396,29)	
Móveis e equipamentos de Uso	2.104.087,78	1.973.650,14	10%
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso	(1.237.821,65)	(1.059.052,12)	



Sistema de Comunicação	139.111,65	137.411,65	20%
Sistema de Processamento de Dados	3.599.595,51	2.649.752,03	10%
Sistema de Segurança	780.838,85	611.434,07	10%
Sistema de Transporte	417.053,00	381.953,00	20%
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso	(2.991.352,40)	(2.561.159,35)	
TOTAL	17.529.877,37	13.027.597,09	

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.

As variações evidenciadas nas contas do Ativo Imobilizado, referem-se, substancialmente, a construção de PAs em andamento e aquisições de novos equipamentos para processamento de dados, como computadores e ATMs.

11. Depósitos

O saldo é composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

O saldo é composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos preestabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de *pro rata temporis*, já a remunerações pré-fixadas são calculadas o prazo final das operações, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Depósito à Vista	64.104.689,40	52.248.461,57
Depósito Sob Aviso	2.120.804,02	1.977.120,67
Depósito a Prazo	280.879.568,96	245.825.798,06
TOTAL	347.105.062,38	300.051.380,30

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil reais), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida por Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme Resolução CMN nº4.284/2013. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2017	2016
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(192.831,35)	(308.503,03)
Despesas de Depósitos a Prazo	(22.999.029,04)	(25.480.750,61)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(200.569,98)	-
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Crédito	(505.655,38)	(398.113,74)
TOTAL	(23.898.085,75)	(26.187.367,38)

12. Obrigações por Emissão Letras Crédito Agronegócio

É composto de títulos de renda fixa nominativos, representativos de promessa de pagamento em dinheiro, emitidos com base em lastro de recebíveis originados de negócios relacionados a atividade agropecuária. A remuneração está vinculada a variação do CDI.



Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Obrigações por Emissão Letras Crédito Agronegócio	7.579.980,40	-
TOTAL	7.579.980,40	-

13. Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	31/12/2017	31/12/2016
Cooperativa Central	10.645.344,41	3.800.641,39
Recursos do BANCOOB	22.569.801,61	39.615.879,59
(-) Despesa a apropriar BANCOOB	(610.576,26)	(638.159,03)
Relações com Correspondentes	308,44	3.544,73
TOTAL	32.604.878,20	42.781.906,68

14. Relações Interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Recebimentos em Trânsito de Terceiros (a)	23.703,56	26.060,62
TOTAL	23.703,56	26.060,62

(a) Trata-se de cheques emitidos contra a ordem de terceiros. Esses valores eram contabilizados no grupo de credores diversos e foram reclassificados, para melhor adequação contábil.

15. Outras Obrigações

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	165.932,66	61.940,80
Sociais e Estatutárias	2.927.389,48	1.947.245,61
Fiscais e Previdenciárias	484.292,84	512.506,10
Diversas	3.876.732,42	2.391.249,97
TOTAL	7.454.347,40	4.912.942,48

15.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Resultado de Atos com Associados	1.049.610,59	569.539,57
Resultado de Atos com Não Associados (a)	512.438,78	632.957,93
Gratificações e Participações a Pagar	574.368,61	380.994,44
Cotas de Capital a Pagar (b)	790.971,50	363.753,67
TOTAL	2.927.389,48	1.947.245,61

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como



exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

15.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Impostos E Contribuições Sobre Lucros A Pagar	37.269,71	44.218,08
Impostos e contribuições a recolher	447.023,13	406.327,23
Provisão Para Riscos Fiscais	-	61.960,79
TOTAL	484.292,84	512.506,10

15.3 Diversas

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	68.228,98	5.199,28
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento	757.185,65	336.089,11
Provisão para Pagamentos a Efetuar (a)	1.813.329,92	1.449.279,19
Provisão para Passivos Contingentes (b)	191.861,48	194.271,79
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	360.011,07	-
Cretores Diversos - País	686.115,32	406.410,60
TOTAL	3.876.732,42	2.391.249,97

(a) Referem-se, substancialmente, à provisão para pagamento de despesas de pessoal, outras despesas administrativas e outros pagamentos.

(b) É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a Cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2017		31/12/2016	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
Para Interposição de Recursos Fiscais - Lei 9.703/98	98.404,25	98.404,25	90.685,29	90.685,29
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	69.000,00	11.549,11	30.000,00	10.787,92
Outros	24.457,23	249,66	-	249,66
TOTAL	191.861,48	110.203,02	120.685,29	101.722,87

PIS e COFINS - quando do advento da Lei nº 9.718/1998, a Cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS. Consequentemente, registrou as correspondentes obrigações referentes aos exercícios de 2000 a 2004 para o COFINS e de 2002 a 2004 para o PIS, sendo que os valores equivalentes foram depositados em juízo e estão contabilizados na rubrica Depósitos em Garantia.

As ações judiciais e administrativas fiscais são classificadas pelos advogados externos como: prováveis e possíveis, e o parecer jurídico levam em conta a natureza da causa, sua especificidade e também a jurisprudência dos tribunais superiores.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação de provisão das causas judiciais obedecem a Resolução CMN nº 3.823/2009, conforme resumimos a seguir:



"A provisão é reconhecida somente quando: (a) A entidade tem uma obrigação presente legal ou não formalizada como resultado de evento passado, (b) Seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (c) Possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida."

Com base nessas premissas, quando exista na data do balanço uma obrigação de "Provável Perda", o Sicoob reconhece a provisão e quando não for de "Provável Perda", a instituição divulga a contingência passiva, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

Na avaliação da possibilidade de perda para os processos em **31/12/2017**, utilizamos a seguinte classificação conforme tabela a seguir:

Natureza	Probabilidade de Perda	Valor Estimado de Perda	Valor Provisionado em 31/12/2017	Valor Provisionado em 31/12/2016
Fiscal	Provável	98.404,25	98.404,25	90.685,29
Trabalhista	Provável	69.000,00	69.000,00	30.000,00
Cível	Provável	24.457,23	24.457,23	-
Fiscal	Possível	51.839,54	-	-
Cível	Possível	575.326,83	-	-
Total		819.027,85	191.831,48	120.685,29

A Cooperativa manteve o complemento da provisão para cobertura de eventuais perdas inerentes ao curso normal dos negócios, conforme demonstrado a seguir:

Natureza	Valor Provisionado em 31/12/2017	Valor Provisionado em 31/12/2016
Garantias Prestadas	360.011,07	73.586,50

16. Instrumentos Financeiros

O **SICOOB/SC CREDIJA** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

17. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Capital Social	46.256.927,28	44.292.861,03
Associados	35.184	32.395

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 55%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.



c) Fundo de Estabilidade Financeira – F.E.F.

Representada pelas destinações das sobras, no percentual de 5%, utilizado para reparar perdas e atender ao desenvolvimento das atividades.

d) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 10/3/2017, os cooperados deliberaram pela distribuição integral aos associados, em conta corrente, da sobra do exercício findo em **31 de dezembro de 2016**, no valor de R\$3.986.776,97 (três milhões, novecentos e oitenta e seis mil, setecentos e setenta e seis reais e noventa e sete centavos, a qual foi destinada da seguinte forma:

Descrição	31/12/2016
Em Conta Corrente do Associado	3.916.347,26
Ao Capital (a)	8.020,69
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados (b)	62.409,02
Sobras Distribuídas	3.986.776,97

(a) Corresponde as sobras distribuídas aos associados em processo de desligamento com conta corrente encerrada.

(b) Corresponde as sobras distribuídas aos associados desligados.

e) Destinações Estatutárias e Legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
01. Resultado depois Trib. s/ Lucro	18.816.958,04	11.056.212,42
02. (+/-) Demais Resultados	1.198.282,80	879.687,99
(+) Realização do FATES	1.198.282,80	879.687,99
03. Resultado do Período (1+2)	20.015.240,84	11.935.900,41
(-) FATES Resultado com Não Associados	512.438,78	545.109,06
(-) FATES	975.140,10	569.539,57
(-) Reserva Legal	10.726.541,13	3.417.237,41
(-) Fundo de Estabilidade Financeira - FEF	975.140,10	569.539,57
04. Sobras a Disposição da AGO	6.825.980,73	6.834.474,80

18. Outros Ingressos/Rendas Operacionais

Descrição	2017	2016
Recuperação de Encargos e Despesas	532.088,75	327.082,91
Reversão de Provisão para Garantias Prestadas	16.277,18	-
Rendas de Repasses Interfinanceiros	-	4.472,12
Reversão de Outras Provisões Operacionais	1.018.756,61	18.414,59
Atualização de Depósitos Judiciais	8.042,16	-
Rendas Juros Cartão de Crédito	308.805,29	194.754,14
Rendas Multas por Atraso - Cartão de Crédito	78.908,75	83.560,18
Crédito Receita SIPAG - Faturamento	69.163,21	16.976,51



Crédito Receita SIPAG - Antecipação	218.391,30	15.030,79
Rendas Intercâmbio - Cartão de Crédito	248.525,90	173.388,42
Rendas Intercâmbio - Cartão de Débito	241.434,61	166.317,77
Receita Volume Financeiro - Rede	96,10	1.862,66
Dividendos	93.964,60	-
Outras Rendas Operacionais	275.154,10	64.406,38
TOTAL	3.109.608,56	1.066.266,47

18.1 Ingressos da Intermediação Financeira

Descrição	2017	2016
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	185.494,36	346.518,48
Rendas de Empréstimos	16.868.996,34	11.155.319,86
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	7.779.619,70	7.976.705,41
Rendas de Financiamentos	18.717.875,62	16.283.532,79
Rendas Financiamentos Rurais - Aplicações Livres	291.004,16	295.579,66
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplicações com Recursos Livres	368.604,13	-
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados à vista (obrigatórios)	1.282.697,13	-
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados da Poupança Rural	10.568,43	-
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados de LCA	217.629,80	-
Rendas Financ Rurais - Aplic Repassadas e Refinanc	1.417.331,70	2.625.897,44
Rendas c/ Tit.Valores Mobil. e Instrumentos Financ.	8.305.125,25	20.065.860,96
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	1.910.443,17	543.982,60
TOTAL	57.355.389,79	59.293.397,20

19. Outros Dispendios/Despesas Operacionais

Descrição	2017	2016
Despesas de Cessão de Operações de Crédito	(359.932,69)	(246.131,13)
Despesas de Descontos Concedidos	(15.362,92)	(13.358,39)
Despesas de Recursos do PROAGRO	-	(19,63)
Cancelamento de Tarifas Pendentes	(15.031,65)	(10.056,05)
Provisão para Passivos Contingentes	(7.718,96)	-
Provisão para Passivos Trabalhistas	(39.000,00)	-
Despesas com Correspondentes Cooperativos	(37.925,68)	(35.682,47)
Contrib. ao Fundo Ressarc. Fraudes Externas	(19.209,95)	(9.156,35)
Contrib. ao Fundo Ressarc. Perdas Operacionais	(12.282,27)	(6.443,18)
Contrib. ao Fundo Tecnologia da Informação	(520.154,68)	-
Outras Despesas Operacionais	(259.046,85)	(81.105,11)
Provisão para Garantias Prestada	-	(32.915,60)
Garantias Financeiras Prestadas	(302.701,75)	-
TOTAL	(1.588.367,40)	(434.867,91)

19.1 Dispendios da Intermediação Financeira

Descrição	2017	2016
Despesas De Captação	(23.898.085,75)	(26.187.367,38)
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	(2.881.550,64)	(2.652.235,43)
Provisões para Operações de Crédito	(3.561.439,32)	(3.441.105,27)
TOTAL	(30.341.075,71)	(32.280.708,08)

20. Resultado não Operacional

Descrição	2017	2016
Outras Receitas não Operacionais	147.012,28	141.549,92
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens	(15.852,42)	-
(-) Outras Despesas não Operacionais	(73.403,92)	(24.872,79)
Resultado Líquido	57.755,94	116.677,13

21. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e as pessoas jurídicas a estes pertencentes ou que exerçam controle e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Operações ativas e passivas – saldo em **2017**:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	% da Operação de Crédito em Relação à Modalidade
Cheque Especial	4.686,88	0,448%
Conta Garantida	135,64	0,003%
Crédito Rural	67.865,07	0,191%
Empréstimo	180.014,51	0,393%
Financiamento	115.735,83	0,116%
Títulos Descontados	8.906,68	0,024%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Modalidade	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	56.541,22	0,09%	0%
Depósitos a Prazo	708.651,38	0,25%	0,48%

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2017	
Empréstimos e Financiamentos	0,04%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	0,03%
Crédito Rural (modalidades)	0,04%

As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Crédito Rural	409.110,91
Empréstimos e Financiamentos	653.591,55

No exercício de **2017** os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2017 (R\$)	
Honorários	803.172,24
Encargos Sociais	149.093,68

22. Cooperativa Central



A COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS LITORANEA - **SICOOB/SC CREDIJA**, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à CCC DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL - **SICOOB CENTRAL SC/RS**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB CENTRAL SC/RS**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB CENTRAL SC/RS** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB/SC CREDIJA** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB CENTRAL SC/RS** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

23. Gerenciamento de Risco

Foi publicada, em 23 de fevereiro de 2017, a Resolução CMN nº 4.557 que dispõe sobre as estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, com a consequente revogação, a partir de 24 de fevereiro de 2018, das Resoluções CMN nº 3.380/2006, 3.464/2007, 3.721/2009, 3.988/2011 e 4.090/2012.

Em razão disso, foi criada no Sicoob Confederação, a Superintendência de Gestão de Risco e Capitais, que vem promovendo a reestruturação administrativa e operacional para cumprimento das exigências previstas na Resolução CMN nº 4.557/2017, de modo a atendê-la plenamente a partir de fevereiro de 2018.

23.1 Risco Operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional que foi aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação, entidade responsável por prestar os serviços de gestão centralizada do risco operacional para as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).



Em cumprimento à Resolução CMN nº 3.380/2006, encontra-se disponível no sítio do SICOOB (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

23.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez da **COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS LITORANEA - SICOOB/SC CREDIJA** objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída nas Resoluções CMN nº 3.464/2007 e 4.090/2012.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.464/2007 e artigo 8 Resolução CMN 4.090/2012, a **COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS LITORANEA - SICOOB/SC CREDIJA** aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (SICOOB CONFEDERAÇÃO), desde novembro de 2017, sendo anteriormente realizado pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A (BANCOOB), que pode ser evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (*trading*) e não negociação (*banking*), de mensuração do risco de mercado de estabelecimento de limites de risco, de testes de stress e de aderência ao modelo de mensuração de risco (*backtesting*).

No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de stress e planos de contingência.

Não obstante a centralização do gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez, a **COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS LITORANEA - SICOOB/SC CREDIJA** possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de liquidez da entidade.

23.3 Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito da **COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS LITORANEA - SICOOB/SC CREDIJA** objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN nº 3.721/2009, a **COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS LITORANEA - SICOOB/SC CREDIJA** aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do Sicoob, centralizada no Sicoob Confederação (SICOOB), desde novembro de 2017, sendo anteriormente realizado pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A (BANCOOB), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, a **COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS LITORANEA - SICOOB/SC CREDIJA** possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo



proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

23.4 Gerenciamento de Capital

A estrutura de gerenciamento de capital da **COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS LITORANEA - SICOOB/SC CREDIJA** objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN nº 3.988/2011, a **COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS LITORANEA - SICOOB/SC CREDIJA** aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (SICOOB CONFEDERAÇÃO), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sicoob com objetivo de:

- a) avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do Sicoob estão sujeitas;
- b) planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sicoob;
- c) adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sicoob.

24. Seguros Contratados – Não Auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

25. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades.

O Patrimônio de Referência (PR) do **SICOOB/SC CREDIJA** encontra-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos em 31 de dezembro de 2017.

26. Benefícios a Empregados

A cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus funcionários e



administradores, na modalidade PGBL – Multinstituído. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

As contribuições dos funcionários e administradores da cooperativa são equivalentes a no máximo 3% do salário.

As despesas com contribuições efetuadas durante o exercício de 2017 totalizaram R\$114.721,10 (cento e quatorze mil, setecentos e vinte e um reais e dez centavos).

Wolni José Walter
Presidente

Camila Erika Nicolau
Contadora
CRC-MG-071309/O-3-T-SC

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Litorânea – Sicoob/SC Credija Jacinto Machado - SC Opinião Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Litorânea – Sicoob/SC Credija, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Litorânea – Sicoob/SC Credija em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Base para opinião Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outros assuntos Apresentação dos valores correspondentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 As demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Litorânea – Sicoob/SC Credija para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 2 de fevereiro de 2017 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: ▪ Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. ▪ Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa. ▪ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. ▪ Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional. ▪ Avaliamos a apresentação



geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - SP, 2 de março de 2018. Rui de Assis Vasconcelos Contador – CRC MG75505/O-3 Ronaldo Reimberg Lima Contador – CRC 1SP215393/O-1